

Museu Nacional: MPF requisita inquérito policial para apurar responsabilidades pelo incêndio

A instituição está em contato com a Polícia Federal para resgatar possíveis itens preservados do acervo e evitar pilhagens



Crédito: Fotos Públicas/Tania Rego/Agencia Brasil

Em nota pública divulgada nesta segunda-feira (3), o Ministério Público Federal (MPF) lamenta o incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro e informa que já requisitou instauração de inquérito policial. O objetivo é apurar as causas e as responsabilidades pelo dano causado ao imóvel e ao acervo, que contava com mais de 20 milhões de itens. O documento é assinado pelo Grupo de Trabalho Patrimônio Cultural e pelo colegiado da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF (4CCR).

A procuradora-geral da República, que participa de evento da ONU no Rio de Janeiro, também lamentou o fato. “Amanhecemos de luto no Brasil pela grande perda para o patrimônio cultural brasileiro e mundial. Que essa tragédia desperte a urgência de preservar a memória”, disse Raquel Dodge. Ela lembrou que “a memória é o alicerce da vida: nos ensina o que somos e nos identifica. Sem memória, perdemos referências e corremos o risco de repetir erros ou de não compreender a escala positiva de nossos avanços”.

Leia a íntegra da Nota Pública:

NOTA PÚBLICA

O Ministério Público Federal, ao expressar seu profundo pesar pelo incêndio ocorrido no Museu Nacional, que praticamente destruiu todo o acervo da instituição, acumulado ao longo de duzentos anos de história, vem, na oportunidade, realçar os seguintes pontos:

1 – Nos dias 29 e 30 de junho de 2017, a Câmara do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural realizou, na sede da Procuradoria-Geral da República, Encontro Técnico sobre Prevenção de Incêndios em Bens Culturais Protegidos, com a presença de representantes dos Corpos de Bombeiros de todo o Brasil, Ibram e Iphan, buscando um efetivo trabalho preventivo, voltado à produção de norma pelo Iphan que compatibilize as exigências do Corpo de Bombeiros com aquelas inerentes ao patrimônio cultural. Seria um termo de referência para os denominados Projetos de Prevenção e Combate de Incêndio e Pânico.

2 – Infelizmente, passado mais de um ano do evento, as instituições públicas federais responsáveis não publicaram a referida norma, padronização mínima para atuação dos bombeiros e outras instituições em todo o Brasil, o que impossibilitou, até o momento, uma ação nacional, devidamente orientada para as atividades de prevenção de incêndios relacionada ao patrimônio cultural.

3 – Para além deste ponto, as restrições orçamentárias afetam diretamente a preservação do patrimônio cultural. A drástica redução de investimentos já consumia o Museu Nacional. O congelamento dos orçamentos dos órgãos públicos, agravado em 2016 pela aprovação da Emenda Constitucional 95, já imobilizava o devido cuidado com o importantíssimo acervo e imóvel, irrecuperáveis. O loteamento político de cargos de gestão da cultura, sem a necessária qualificação técnica, inviabiliza as possibilidades de sucesso nos projetos nacionais, regionais e locais.

4 – A perda é irreparável e a falta de estabelecimento de prioridades das políticas públicas na área cultural afetam não somente o Brasil mas toda

a humanidade. A reconstrução do seu prédio apenas preservará o referencial arquitetônico daquele monumento, mas jamais os tesouros que compunham seu acervo.

5 – O Ministério Público Federal, nesse primeiro momento, preocupa-se com o necessário isolamento do local, com o resgate dos poucos bens culturais que possam ter se salvado das chamas, para que não sejam alvo de pilhagens, fato infelizmente muito comum após desastres relacionados com o patrimônio cultural. Nesse sentido, solicitou a atuação da Polícia Federal e está em contato com o Corpo de Bombeiros e com a direção do museu.

6 – O MPF também requisitou, na data de hoje, inquérito policial com o fim de apurar as causas e as responsabilidades pelo dano causado ao imóvel e ao acervo.

7 - Na Procuradoria da República do Rio de Janeiro, tramita o Inquérito Civil nº 1.30.001.001911/2016-25, no qual se apura precisamente as condições precárias de segurança do prédio. No âmbito deste inquérito, a direção do Museu Nacional informou, em novembro de 2016, que apresentou projeto junto ao BNDES para captação dos recursos necessários à contratação e execução de plano contra incêndio. Não há notícia de que tais recursos tenham efetivamente sido liberados, tendo o MPF requisitado do Ministério da Cultura e do BNDES informações sobre o motivo da demora.

3 de setembro de 2018

Grupo de Trabalho Patrimônio Cultural

Colégiado da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal (4CCR/MPF)

Secretaria de Comunicação Social

Procuradoria-Geral da República

(61) 3105-6406 / 6415

pgr-imprensa@mpf.mp.br

facebook.com/MPFederal

twitter.com/mpf_pgr



00:00 / 00:00

